

Políticas para proteção da infância

Pedro Simon

A existência de políticas públicas voltadas para a primeira infância é, obviamente, uma imposição de bom senso, mas também são significativas as razões econômicas que nos levam a adotá-las. Discutir essas políticas é uma necessidade central das sociedades modernas, especialmente no Brasil, país marcado por profunda desigualdade social. É fundamental que debatamos teses para um melhor desenvolvimento de nossas crianças e dos modos de protegê-las da violência.

Antes do século XIX, a infância era tratada apenas como uma inevitável transição para a fase adulta. Ninguém a considerava, como ela realmente é, um fundamental período de construção do adulto que virá um dia a integrar uma sociedade. Desde muito cedo, as crianças eram levadas a viver responsabilidades de adulto, especialmente no que se refere ao trabalho.

Infelizmente, no Brasil, ainda hoje isso ocorre. Muitas de nossas crianças – sobretudo as mais pobres – não desfrutam de uma infância segura e plena. A violência, doméstica ou urbana, é o pano de fundo de sua formação.

O mundo só voltou sua atenção para as crianças quando se viu pressionado pela legião de órfãos produzidos pelas duas grandes guerras do século XX. A obrigação de apoiar essa imensa população desampa-

Pedro Simon é Professor Universitário, advogado e Senador pelo PMDB.

rada forçou os governantes – europeus, na maioria – a constituir instituições voltadas para o atendimento de crianças e jovens.

Temos hoje no Brasil cerca de 22 milhões de crianças na faixa de 0 a 6 anos. Nesse período da vida, segundo afirma a ciência, é que se constroem as bases cerebrais que darão ao adulto a capacidade de adquirir o saber e de se relacionar com os outros. Nesse crucial intervalo de vida é que se formam as condições para o crescimento saudável do ser humano nas suas dimensões física, intelectual, social e emocional, inclusive no uso da linguagem. Valores e capacidades são aprendidos e desenvolvidos de modo permanente e natural nessa idade.

A ciência comprovou que as crianças que sofrem tensão extrema nos primeiros anos de vida podem ser afetadas de forma irreversível, tanto no que se refere à aprendizagem quanto à memória. Em outras palavras, o desenvolvimento (intelectual, afetivo ou emocional), a personalidade e o comportamento dos seres humanos são determinados nos seus primeiros anos de vida.

No Brasil, o problema da infância passou a ser discutido de modo mais aprofundado na década de 1960, apesar de já termos uma longa história de dedicação de inúmeras pessoas e grupos à causa das crianças no País. Essas iniciativas, no entanto, sempre foram circunscritas a certas organizações e a certas localidades. Se a discussão nunca foi nacional, tampouco o eram as ações.

Só quando a questão da violência envolvendo crianças e jovens tornou-se um fato preocupante é que teve início uma mobilização efetiva para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a infância.

O Estado brasileiro começou, verdadeiramente, a se inquietar com a questão na década de 1990, quando os grandes centros urbanos passaram a apresentar elevadíssimo grau de criminalidade com participação de jovens. A chacina da Candelária, no Rio de Janeiro, em 23 de julho de 1993 – quan-

do oito crianças foram assassinadas por policiais militares – foi um marco dessa mudança de atitude.

Atualmente, existe muita discussão sobre como agir com os jovens, mas os estudos provam que o mais fundamental é atuar na primeira infância, a fim de prevenir que crianças abandonadas se tornem jovens criminosos depois.

Em 27 de dezembro de 2000, foi editado o Decreto presidencial que instituiu o Comitê para o Desenvolvimento Integral da Primeira Infância, cujas estratégias de ação estão centradas na articulação e na integração das políticas públicas voltadas para as crianças de 0 a 6 anos.

Foi a primeira iniciativa importante do Poder Público nacional a abranger todo o País. Depois dela, as iniciativas locais – de Governos ou organizações sociais – passaram a ser amparadas por uma política nacional. A continuidade da ação desse Comitê deve culminar na divulgação, em novembro de 2007, de um documento que vai contribuir decisivamente para a melhoria das ações de Estado. Trata-se da publicação *Políticas intersetoriais em favor da infância: guia referencial para gestores municipais*.

Segundo estudiosos dessa questão, para cada real investido na infância corresponde um retorno de sete reais. Não é, portanto, investimento a fundo perdido. Até do ponto de vista meramente economicista, trata-se de um investimento de excelente retorno para a sociedade. Já do ponto de vista humano, o principal é a formação bem-sucedida de um cidadão produtivo e integrado na sociedade.

Crianças que têm oportunidade de frequentar creches e pré-escolas apresentam, na idade adulta, renda mais alta e probabilidades mais baixas de prisão, de gravidez precoce e de dependência dos programas de transferência de renda do Estado. Investir hoje na infância significa que, certamente, serão reduzidos, depois, os gastos com os adultos. Investir na infância significa também aumentar a capacidade de produção

econômica do País, pela formação de uma força de trabalho mais produtiva.

O Brasil tem, atualmente, inúmeros programas e ações voltados para as crianças na primeira infância, em todas as esferas de governo – da União aos Municípios. O Programa Primeira Infância Melhor (PIM), do Estado do Rio Grande do Sul, criado em 2003, é exemplar.

Na discussão do Projeto de Lei nº 340, de 2005, que apresentei, instituindo a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, realizou-se audiência pública pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação desta Casa, em 30 de maio de 2006. O Projeto Vida, surgido na época em que governei o Estado, também foi debatido, como um outro modelo de ação.

E assim, um pouco por todo o Brasil, da Pastoral da Criança a programas de creches públicas, começa a se disseminar um cuidado com a primeira infância.

Estudos empreendidos pela Unesco e pelo Unicef demonstram que é imperativo o investimento do Estado na proteção e no amparo à criança de 0 a 6 anos, independentemente da classe social a que pertença. Todavia, as menos favorecidas merecem o apoio mais direto, por força da menor capacidade de suas famílias de prover boas

condições de educação e formação a suas crianças.

Encerro apontando algumas linhas que, obrigatoriamente, devemos seguir:

É preciso adotar uma abordagem sistêmica e integrada de políticas de atenção à primeira infância.

É necessário criar uma parceria sólida com o sistema educacional, que fortaleça a continuidade da creche à escolarização formal.

Deve-se proporcionar acesso universal à educação e aos cuidados na primeira infância, com atenção particular para crianças com necessidades especiais.

Deve-se aprimorar o pessoal dos estabelecimentos de ensino e dos pais.

É fundamental formar e dar condições de trabalho adequadas para as equipes de pessoal que tratam crianças na primeira infância.

Devemos monitorar e coletar dados que permitam a análise e a avaliação de resultados das ações, para correções e aperfeiçoamentos possíveis.

É essencial a criação de estruturas para pesquisa e agenda de longo prazo, a fim de incorporar novos conhecimentos e métodos que aperfeiçoem o atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

Só a educação traz a paz

Cristovam Buarque

Toda vez que um crime bárbaro é cometido, a sociedade se movimenta em torno de temas como a pena de morte, a prisão perpétua, a redução da idade penal. E toda vez, surge um movimento contrário, em nome da defesa dos Direitos Humanos. Esse debate está equivocado, pois não se orienta por valores éticos, nem tampouco observa a realidade concreta.

A redução da idade penal e a pena de morte não reduzem a violência. Nossa sociedade chegou a um ponto em que os criminosos não dão valor à própria vida, nem à própria liberdade. Não deixarão de cometer barbaridades por causa do risco de serem presos mais cedo, ou por mais tempo, ou condenados à morte.

A única solução possível é combater a fábrica de violência que se esconde no nosso modelo social e econômico. Reduzir a brutal desigualdade que divide nossa população entre incluídos e excluídos, separados por um sistema de apartação. Substituir o debate em torno da idade penal e da pena de morte pela necessidade de revolucionar nossa estrutura social.

Chega de procurar soluções simplistas, que nada mudam. De achar que basta punir os bandidos, como se outros não viessem substituí-los, como se o problema fosse a violência em si, e não o que a está causando. De pouco adiantará prender os criminosos,

Cristovam Buarque é Professor da Universidade de Brasília e Senador pelo PDT/DF.

se não pusermos um fim à fábrica de violência que é a sociedade brasileira. Basta de buscar por justiça depois dos crimes cometidos, precisamos da paz que evita a violência.

Se a justiça se faz com cadeia e policiais, a paz se faz com escola, igualdade de oportunidades e emprego. Estudos recentes mostram que a probabilidade de que um preso brasileiro tenha vindo de uma família pobre é o dobro do que para o resto da população. Não porque seja pobre, mas porque não teve chances na vida. Pessoas com menos de seis anos de estudo têm duas vezes mais chances de estarem presas do que pessoas educadas. Não pela falta de estudo, mas pela falta de oportunidades decorrente da falta de estudo. Isso nos leva a uma única conclusão possível: a de que a desigualdade social e a falta de escolaridade são as principais causas da violência. Por isso, só haverá paz com mais educação.

A defesa da pena de morte e da redução da idade penal sensibiliza a sociedade. Mas o que está por trás da defesa dessas medidas é uma lógica puramente eleitoral e enganadora, que esconde os verdadeiros problemas, para não enfrentá-los. O real enfrentamento do problema não pode se restringir a manifestações de indignação e espanto. Deve ter a clareza de que o problema da violência precisa da repressão nas ruas, mas também, e acima de tudo, de uma revolução.

Essa revolução não está em reduzir idade para se entrar na prisão, e no tempo máximo de permanência lá, mas sim na redução da idade de ingresso e no aumento da permanência numa escola de qualidade: entrar aos quatro anos e sair aos 18. Em uma sociedade em que crianças entram na escola aos sete e saem aos 11, reduzir a maioridade penal é uma solução de avestruz, de quem não quer enfrentar o problema. Nossas crianças e adolescentes merecem a oportunidade de dizer não ao crime e sim às atividades escolares, esportivas, culturais, num ambiente seguro e

sadio. Merecem desenvolver suas aptidões, para um dia poderem construir uma verdadeira Nação.

Precisamos parar de comemorar a matrícula de 95% das crianças sem nos perguntarmos onde estão os outros 5%, quando somente um terço dos matriculados concluem o ensino médio. Parar de chamar de escola as construções degradadas onde depositamos nossas crianças por poucas horas ao dia.

Precisamos enfrentar a verdadeira causa de tanta violência: a indiferença, que impede a garantia de oportunidades iguais para todos. Precisamos parar de fingir que o Brasil não precisa de uma revolução, ou de fugir dela, adotando pequenos paliativos. Para prender menos, precisamos educar mais.

Falamos muito em grandes números, mas não vemos o nome de cada criança que está compondo as estatísticas. Pois se viermos a fazer isso, precisaremos também tratar não somente da quantidade, mas também da qualidade. Educação sem qualidade não vale. Precisa ter qualidade. Atender todas as crianças e com qualidade.

Qualidade em educação significa proporcionar à criança todas as condições para que se transforme em cidadão e cidadã com capacidade para tomar decisões, boas decisões, em favor de toda a sociedade, e capacidade para sobreviver em um mundo que exige qualificação. Para isso, precisará aprender a ler, escrever, compreender o mundo a partir de ferramentas científicas e linguagens lógicas, como as matemáticas, dominar os instrumentos computacionais e saber se comunicar com pessoas em outros países.

Precisamos parar de discutir os problemas do Brasil olhando somente para trás. Para mudar o Brasil, mudar mesmo, é essencial compreender o passado e ver nele os motivos que levaram à construção de uma sociedade tão desigual e desumana. Planejar o futuro com o nítido propósito de mudar, de transformar.

Ficar com o olho no retrovisor nos fará achar que não é possível mudar. É, sim, possível. Vários países saíram, no século passado, de níveis de renda, pobreza e educação semelhantes aos do Brasil de hoje, e em poucas décadas passaram a figurar entre os mais desenvolvidos. Irlanda, Finlândia, Dinamarca, Suécia, Espanha são exemplos próximos, sem mencionar os tigres asiáticos.

O fortalecimento da democracia nesses países proporcionou as condições institucionais para que suas sociedades passassem da miséria para a convivência com os países mais desenvolvidos e felizes. O desenvolvimento e a felicidade desses povos vieram em consequência de escolhas acertadas e da manutenção de prioridades por longos períodos.

É importante citar esses países, pois entre as escolhas que fizeram, figura como a principal prioridade a educação. Os investimentos foram feitos não em armamentos ou no luxo de suas elites, mas canalizados para a educação. Eles se tornaram sociedades que aproveitam a globalização e a informatização, e tiram desses processos grande proveito. Tudo isso porque investiram em educação.

O Brasil ficou para trás. Dois estudos recentes nos mostram a catástrofe da educação no Brasil. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostra que 49% dos idosos brasileiros – pessoas com 60 anos de idade ou mais – são analfabetos funcionais. E o mais novo indicador de qualidade da educação brasileira, o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, divulgado pelo MEC, aponta números dramáticos. Apenas dez dos 5.560 municípios brasileiros têm alunos da rede municipal de 1ª a 4ª série capazes de alcançar ou superar a média 6, que é o padrão de aprendizagem dos países desenvolvidos. Em 73% das cidades do país, os alunos tiveram nota média inferior a 5. No Ensino Médio, os resultados são ainda piores. Os três estados com o melhor desempenho – Minas Gerais,

Santa Catarina e Rio Grande do Sul – não passaram de 3,5. Outros 16 estados tiveram nota média inferior a 3.

Ao lançar o PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação, o presidente Lula afirmou que seu governo entrará para a história se, com o sucesso do plano, o Brasil ficar “em pé de igualdade com qualquer país do mundo desenvolvido na área de educação”. Mas os números mostram que estamos muito distantes dessa realidade.

A meta do MEC é ter, até 2021, os alunos de 1ª a 4ª série com nota média 6. Porém, isso só acontecerá se o Brasil começar a garantir o efetivo direito à educação a todos os brasileiros, adotando uma perspectiva verdadeiramente republicana e inclusiva.

Tenho defendido uma revolução na educação como o único caminho de garantir oportunidades iguais a todos os brasileiros. Uma revolução para dar a mesma chance a cada um, assegurando a todos uma educação de qualidade, para que possam desenvolver seu potencial, seus talentos, suas aptidões.

Com esse objetivo, sugeri uma série de alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que foram aprovadas pela Comissão de Educação do Senado, e foram enviadas para debate na Câmara dos Deputados. A primeira modificação prevê que a assistência à saúde, já garantida no ensino fundamental público, inclua o atendimento médico e odontológico de caráter preventivo, e a identificação e correção precoce de problemas que comprometam o aprendizado.

O projeto garante também aos municípios o poder de avaliar os estabelecimentos públicos e privados do seu sistema de ensino, e assegurar a avaliação da educação infantil. Com a responsabilização dos municípios pela avaliação do seu sistema de ensino, a avaliação educacional passa a atingir a totalidade das escolas, e vai colaborar para a definição das prioridades educacionais e para a melhoria da qualidade.

Também tomei a iniciativa de propor que os professores tenham o direito de, a cada sete anos de trabalho, gozar de licença remunerada para seu aperfeiçoamento profissional – a chamada licença sabática, comum entre os docentes do ensino federal superior. A LDB já garantia esse direito, mas não estipulava o tempo de exercício pedagógico para a concessão da licença.

O projeto contém ainda um dispositivo que garante a aplicação anual, pelas universidades, de pelo menos 20% dos recursos vindos de impostos constitucionais. As verbas seriam destinadas prioritariamente à oferta de cursos de graduação e pós-graduação para a formação e o aperfeiçoamento dos profissionais da Educação Básica. Com isso, as universidades terão a oportunidade de contribuir efetivamente com a qualidade da educação básica.

Com essas medidas, será possível dar um passo adiante, e garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros.

Porém, mesmo tendo reconhecido a luta, cuja bandeira tenho me esforçado em levar a todos os cantos do país, o debate político nacional ainda não incorporou a educação como tema que mereça a atenção das instituições e das elites políticas.

A democracia brasileira está frágil e ficará mais ainda se os temas essenciais da nacionalidade não forem tratados no Congresso Nacional. As instituições estão no perigoso caminho contrário ao povo. Estão se afastando da realidade e podem deixar de ser necessárias, ou passar a ser consideradas erroneamente desnecessárias. Se o Congresso Nacional não ocupar seu lugar no debate sobre as prioridades nacionais, estaremos sempre sujeitados às emergências, quase sempre artificialmente fabricadas pelo Poder Executivo ou por situações políticas causadas por sucessivos escândalos de corrupção.

Definir a prioridade para a educação significa tratar de um projeto para o Brasil que tenha a educação como o motor ou o centro do processo político e institucional nacional, que se relacione de forma racional e clara com as demais áreas prioritárias: saúde, reforma agrária, emprego, direitos humanos, meio ambiente, infra-estrutura, segurança, paz.

Significa articular todas as demais prioridades em função de um objetivo social comum. Dar prioridade à educação tem, por isso, o sentido ético de mobilizar mentes e esforços para a construção de um futuro de paz.

Violência e primeira infância

Investir na prevenção é o melhor caminho

Patrícia Saboya

Sumário

Seis meses de licença-maternidade. Vínculo entre mãe e filho. O valor da Educação Infantil.

Os seis primeiros anos de vida são uma fase decisiva do desenvolvimento infantil, que sofre um forte impacto da situação social, psicológica e econômica da criança. É nessa etapa da existência que a maior parte das conexões cerebrais se forma. Ao nascer, uma criança tem aproximadamente 100 bilhões de neurônios. Essas células, porém, precisam se ligar umas às outras, formando espécies de redes, estruturas essenciais ao funcionamento cerebral. E elas se conectam impelidas pelos estímulos que a criança recebe do meio social. Daí a convicção entre as diferentes correntes científicas de que é absolutamente necessário estimular o desenvolvimento nos primeiros anos – período da vida cheio de mudanças, em que há inúmeras “janelas de oportunidades”. Falta de estímulos ou estímulos inadequados significa perda de oportunidade, atraso no desenvolvimento, menor inteligência... Descuidar dessa etapa é, portanto, desperdiçar um gigantesco potencial humano.

Nessa fase, a criança precisa não apenas de apoio afetivo, alimentação e cuidados de saúde por parte da família, mas também dos estímulos necessários para que possa desenvolver suas habilidades lógicas,

Patrícia Saboya é senadora pelo PSB do Ceará e coordenadora da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente no Senado Federal.

musicais, motoras, emocionais, comunicativas, lingüísticas e sociais. Ela precisa ser estimulada brincando, cantando, falando, convivendo com outras crianças e recebendo atendimento adequado dos serviços públicos básicos.

Por esse motivo, os estudiosos defendem que, além do bom convívio no ambiente familiar, meninos e meninas entre zero e seis anos ganham muito em freqüentar creches e pré-escolas de qualidade, onde possam ser atendidos por profissionais especializados, capazes de fazer a ponte entre o que as crianças já sabem e o que elas podem conhecer e aprender, abrindo inúmeras possibilidades de crescimento intelectual, social e emocional.

O problema é que o Brasil ainda está longe de cumprir essa missão. Menos de 40% do universo de 23,1 milhões de crianças de zero a seis anos freqüentam instituições de Educação Infantil. É muito pouco. Se lançarmos um olhar para o grupo de zero a três anos, a situação é ainda pior. Do total de 13 milhões de crianças nessa idade, pouco mais de 10% estão matriculadas em creches. Na faixa etária entre quatro e seis anos, o quadro é melhor, embora bem distante do ideal: cerca de 50% do total de 10 milhões de meninos e meninas nessa idade estão em instituições de pré-escola.

Que País queremos construir para nossos filhos, netos e bisnetos? Queremos um Brasil para todos os brasileiros? Um Brasil capaz de oferecer oportunidades para que todas as pessoas, independentemente de classe social, raça, etnia, gênero ou religião, possam desenvolver suas potencialidades? Se sonhamos com esse modelo de Nação, não podemos descuidar da fase mais importante da vida de uma criança. A fase em que muitas delas são obrigadas a passar horas a fio trancadas dentro de casa, sem qualquer assistência, enquanto suas mães e pais têm de pegar pesado no batente. A fase em que muitas acabam morrendo de fome ou, quando não acontece tamanha tragédia, ficam com o desenvolvimento

comprometido por causa de doenças que poderiam ser evitadas ou de problemas de natureza psicológica, como a falta de relações afetivas saudáveis com os adultos.

Seis meses de licença-maternidade

Estou cada vez mais convencida de que precisamos investir desde cedo nas nossas crianças, desde o momento em que elas ainda estão no ventre de suas mães, garantindo a todas as mulheres brasileiras acesso a um pré-natal, parto e pós-parto de qualidade. A etapa seguinte, a dos primeiros seis meses de vida do bebê, também merece uma atenção toda especial. Por isso, apresentei, em agosto de 2005, em parceria com a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), projeto de lei prevendo a licença-maternidade de seis meses para as trabalhadoras da iniciativa privada em troca da concessão de incentivos fiscais às empresas que aderirem à idéia. A proposta ganhou o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Quase dois anos se passaram desde esses primeiros passos e posso dizer, com certeza, que temos acumulado significativas vitórias nessa caminhada. Enquanto o nosso projeto de lei não é aprovado pelo Senado Federal, constatamos que a idéia da licença de seis meses vem conquistando cada vez mais corações e mentes em todo o Brasil, despertando o interesse não apenas das trabalhadoras, mas também dos representantes do Poder Público.

Atualmente, contabilizamos 50 cidades onde a licença-maternidade ampliada é uma realidade para as funcionárias públicas municipais. Em cinco estados – Amapá, Rondônia, Paraíba, Pernambuco e Ceará –, também existem leis nesse sentido, beneficiando as trabalhadoras públicas estaduais. E em vários estados e municípios, as propostas nessa direção estão prestes a virar lei. Temos, portanto, motivos de sobra para comemorar e seguir adiante. Felizmente, o nosso exército em prol do bem-estar das

mamães e de seus bebês só tem aumentado. Além dessa adesão cada vez maior nos estados e municípios, recentemente tivemos o apoio do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, à nossa causa. Isso, sem dúvida, é uma conquista e tanto.

Vínculo entre mãe e filho

Um dos principais objetivos da nossa proposta é reforçar os laços afetivos entre a mãe e o bebê, em particular, e entre a criança e sua família, de modo geral, nos seis primeiros meses de vida. A intenção é dar às mulheres a oportunidade de ficar em casa com seus filhos por mais tempo e às crianças o direito de desfrutar desse convívio maravilhoso com suas mães. Todos nós sabemos que são os olhares, os sons, os toques e as conversas entre mãe e filho que fazem com que a criança cresça com mais saúde, equilíbrio, confiança e auto-estima.

Os cientistas afirmam que esse forte vínculo afetivo entre a criança e sua família durante a primeira infância é uma poderosa ferramenta na prevenção da violência – mal que está corroendo a nossa sociedade, destroçando famílias, destruindo sonhos, roubando a infância de milhões de crianças brasileiras. Diversas pesquisas científicas vêm apontando para uma clara relação entre a falta de carinho, amor e atenção na primeira infância e o aparecimento de comportamentos violentos na fase adulta. Por esse motivo, os estudiosos têm defendido, com veemência, que precisamos incentivar, no Brasil, a cultura do afeto e do apego. Dar oportunidades para que cada criança brasileira possa conviver em um ambiente familiar tranquilo, seguro e afetivo pode efetivamente nos ajudar na terrível luta contra o crime organizado, o tráfico de drogas, a exploração sexual e a violência de modo geral.

Lamentavelmente, hoje constatamos que no Brasil real, no Brasil das periferias das grandes cidades, das invasões, das

moradias embaixo das pontes, crianças cada vez mais novas acabam sendo levadas para o mundo da criminalidade. Portanto, é urgente a tarefa de mudarmos esse cenário, fazendo cumprir, na prática, o preceito constitucional da prioridade absoluta para a infância e a adolescência. E esse investimento deve começar cedo, insisto. Somente assim vamos conseguir mudar o rumo da nossa história, vamos evitar, por exemplo, que tantos adolescentes acabem tendo um destino trágico em instituições como as Febens.

O valor da Educação Infantil

Além da luta pela ampliação da licença-maternidade, precisamos brigar pela expansão da oferta da Educação Infantil e também pela melhoria da qualidade do ensino nos seis primeiros anos de vida das crianças. É direito inalienável de toda criança freqüentar uma boa creche, uma boa pré-escola, uma boa escola, enfim. E é dever do Estado oferecer o acesso à Educação de qualidade a todos os brasileiros. Vários estudos já mostraram o quanto o investimento em Educação Infantil traz benefícios para o desenvolvimento de uma Nação. Cada real investido nesse nível educacional representa, segundo os especialistas, sete reais de economia nas etapas seguintes. De acordo com o IPEA, cada ano de freqüência à pré-escola significa um aumento de 0,4 ano na escolaridade e uma redução de 0,5% na reprovação.

Por isso, durante as discussões em torno do Fundeb no Congresso Nacional, nós, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, em parceria com as organizações da sociedade civil na área da educação e da infância, lutamos tanto para incluir as creches nesse fundo que vai financiar todas as etapas da educação básica no Brasil. Conseguimos essa conquista para nossas crianças pequenas, mas a caminhada não terminou com a regulamentação do Fundeb. A batalha por

uma Educação Infantil de qualidade deve ser constante e precisa envolver todos os segmentos da sociedade e o Poder Público em suas três esferas de atuação.

Para mudarmos a perversa face das desigualdades sociais, da pobreza e da violência no Brasil, temos que oferecer às nossas crianças, desde cedo, oportunidades de desenvolver a criatividade, de ouvir e contar histórias, de dividir brincadeiras com

os colegas, de mergulhar no maravilhoso mundo da magia, de ter uma convivência saudável, afetuosa e harmônica com suas famílias. Esse é o caminho que precisamos trilhar, lançando as bases para a construção de uma cultura de paz no nosso País, onde valores como o amor, o respeito e a solidariedade ocupem o lugar da violência, do ódio e da intolerância.